

# CONSULTA PÚBLICA

## Nº68

### SÍNTESE DOS COMENTÁRIOS

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO TARIFÁRIO DE SETOR ELÉTRICO

**Mecanismos de Aprovisionamento Eficiente  
do CUR e de Adquação da Tarifa de Energia**





O Conselho de Administração (CA) da ERSE submeteu a consulta pública, no dia 15 de outubro de 2018, a “68.ª Consulta Pública - Proposta de Alteração do Regulamento Tarifário do setor elétrico”, que propõe uma revisão extraordinária ao Regulamento Tarifário do setor elétrico (RT/SE) para a introdução de mecanismos de aprovisionamento eficiente do CUR e de adequação da tarifa de energia. No total a ERSE recebeu sete contributos, designadamente, do Conselho Tarifário (CT) da ERSE, do Grupo EDP S.A. (EDP), da EDP Serviço Universal, Endesa, S.A, Galp Power, S.A., Iberdrola, S.A. e Naturgy, S.A.

No presente documento apresentam-se as respostas da ERSE aos comentários e recomendações recebidas.

## I

### GENERALIDADE

A ERSE assinala que o CT e a maioria dos interessados que apresentou comentários na consulta pública a consideram como positiva a proposta para a introdução dos mecanismos de aprovisionamento eficiente do CUR e de adequação da tarifa de energia que permitam minimizar a incerteza sobre o custo da energia. Em resultado, a ERSE irá avançar com a alteração ao Regulamento Tarifário, tendo em atenção o conjunto de comentários e recomendações submetidos, acompanhado dos esclarecimentos sobre a sua implementação e natureza que são apresentados no presente documento.

Não obstante, e conforme salientado pelo Conselho Tarifário, a ERSE reconhece que os mecanismos ora aprovados não são suficientes, por si só, para delinear uma estratégia de aprovisionamento do CUR que assegure a redução de desvios na tarifa de energia face aos preços de energia do mercado grossista, em contextos de volatilidade de preços. Nesse sentido, visando acolher os comentários recebidos, a ERSE completará este quadro regulamentar, com uma proposta que permite a operacionalização do mecanismo de aprovisionamento eficiente do CUR, prevendo múltiplas formas de aquisição de energia pelo CUR, com horizontes temporais de longo prazo (superior a 1 ano) assegurando-se, simultaneamente, o equilíbrio do mercado, ou seja, assegurando que a atuação do CUR é neutra no funcionamento do mercado grossista. Naturalmente, a ERSE promoverá a discussão pública desta nova proposta visando a recolha de comentários e a consensualização da proposta.

Deste modo, a efetiva implementação do mecanismo está dependente do estabelecimento das respetivas regras de operacionalização que serão, brevemente, levadas a consulta pública por parte da ERSE.

O cumprimento dessas regras por parte do CUR permitirá que lhe sejam reconhecidos os custos com aquisição de energia elétrica nos mercados a prazo e, consequentemente, permitirá manter a natureza de atividade de risco muito reduzido, que atualmente caracteriza a aquisição de energia elétrica para fornecimento aos clientes do CUR.

Os comercializadores Endesa, Iberdrola, Naturgy e Galp Power assinalam a importância da manutenção da data de extinção das tarifas reguladas (2020) salientando que face aos estudos da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, que fundamentam a nova Diretiva do setor elétrico em preparação, a manutenção das tarifas reguladas justifica-se apenas para situações especiais, tais como, fornecimento a clientes vulneráveis e em situações de ausência de mercado ou de urgência (comercializador de último recurso). Salientam ainda que esta proposta poderá criar condições de gestão de risco marcadamente diferenciadas entre o CUR e os comercializadores em regime de mercado, distorcendo o funcionamento do mercado.

A ERSE salienta que a alteração ao Regulamento Tarifário não interfere, nem condiciona de qualquer forma, o processo e a calendarização prevista para a extinção das tarifas reguladas. Pelo contrário, a existência de preços do CUR desalinhados com a evolução do mercado grossista pode dificultar a repercussão nos consumidores dos preços de energia do mercado organizado por parte dos comercializadores de mercado, com impactos negativos no funcionamento do mercado e, consequentemente, nos consumidores. Acresce que a ERSE está ciente da necessidade dos instrumentos regulatórios do CUR serem neutros no que respeita aos seus efeitos no mercado liberalizado.

## II

### ESPECIALIDADE

#### A. MECANISMO DE APROVISIONAMENTO EFICIENTE DE ENERGIA PELO CUR

Apesar de reconhecerem méritos no mecanismo de aprovisionamento eficiente do CUR proposto pela ERSE, incentivando uma contratação conjunta no mercado à vista e no mercado de futuros, o CT, o grupo EDP, a Endesa e a EDP Serviço Universal expressaram dúvidas relativamente a aspetos operacionais e à fundamentação da repartição de 60%/40% entre o mercado de futuros e o mercado à vista.

Por sua vez, a Iberdrola e a Endesa entendem que a estratégia de aprovisionamento de energia do CUR deveria ser na sua totalidade baseada em mercados de futuros pois eliminaria, por natureza, a necessidade de acompanhamento dos preços no mercado e o ajuste da tarifa.

A ERSE salienta que os aspetos operacionais como, por exemplo, a calendarização para aprovar as quantidades a contratar em cada mercado, as formas de contratação, as quantidades a adquirir nas diferentes formas de contratação ou ainda a fundamentação dos vários parâmetros relevantes os quais serão definidos de forma conjugada com a proposta a lançar pela ERSE, que integrará as regras de aquisição de energia elétrica no mercado de futuros.

O estrito seguimento por parte do CUR das regras de aquisição de energia elétrica no mercado de futuros a publicar pela ERSE deverá permitir-lhe recuperar os custos incorridos com aquisição de energia elétrica para fornecimento aos seus clientes. Assim, importa clarificar que o mecanismo configura uma estratégia de cobertura de risco de variação de preço previsional, não devendo ocorrer, caso sejam aplicadas as regras a publicar pela ERSE após consulta pública, quaisquer ganhos ou perdas financeiras diretas por não consideração dos valores de aquisição de energia nos diferentes horizontes temporais.

Com a aplicação desta revisão do Regulamento Tarifário, o CUR passará a adquirir a energia elétrica através de dois regimes, um primeiro no âmbito das regras a definir para aquisição no mercado de futuros até 30 de setembro e outro fora desse âmbito até ao montante necessário para satisfazer os fornecimentos do CUR.

Previamente à definição da proposta tarifária anual, a ERSE irá definir as quantidades ( $WCVEE_{Prazo,t}^{Ref}$ ) e o preço médio ( $Pr_{Prazo,t}^{Ref}$ ) associados à aquisição até 30 de setembro de energia elétrica no mercado de futuros, para fornecimento aos clientes do CUR no ano de aplicação das tarifas.

Todas as aquisições realizadas pelo CUR a partir de 30 de setembro, nos moldes que considerar mais adequados (no mercado à vista ou de futuros), apenas serão ajustadas para efeitos de cálculo dos ajustamentos finais dos proveitos permitidos da atividade em questão, pela diferença entre as quantidades adquiridas até essa data para o cálculo dos custos com aquisição de energia elétrica decorrente de contratação de futuros  $WCVEE_{Prazo,t}^{Ref}$  e as quantidades necessárias para satisfazer o fornecimento de energia elétrica por parte dos CUR, nos termos definidos no Regulamento Tarifário revisto.

O ajustamento ao custo de aquisição de energia elétrica para fornecimento aos seus clientes apenas permitirá recuperar o custo realmente ocorrido se o CUR adquirir até 30 de setembro as quantidades ( $WCVEE_{Prazo,t}^{Ref}$ ) ao preço médio ( $Pr_{Prazo,t}^{Ref}$ ).

Importa ainda esclarecer que a revisão regulamentar proposta não pretende alterar o conceito de quantidade de energia a considerar para efeitos de cálculo dos custos de aquisição de energia do CUR, a

qual deverá continuar a remeter para as quantidades de energia adquiridas pelo CUR para fornecimento da sua carteira de clientes.

Assim, a versão final do RT manterá a redação vigente no que diz respeito a  $\tilde{W}CV_{EE,t}$ .

## B. MECANISMO DE ADEQUAÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A ERSE concorda com os comentários do CT, do Grupo EDP e EDP Serviço Universal de que a monitorização trimestral do custo médio de aquisição de energia do CUR deve utilizar toda a informação real disponível no momento, acrescida de expectativas atualizadas relativamente aos produtos ainda não contratados.

A Endesa refere propõe um valor inferior aos 10 €/MWh propostos pela ERSE, para que a sua aplicabilidade seja mais eficaz e de acordo com a evolução dos preços da eletricidade no mercado grossista, em concreto propõe que o valor do limiar de atualização da tarifa de energia seja reduzido para 4 €/MWh, correspondente à margem bruta da atividade de comercialização para fornecimentos em BTN, de cerca de 10 €/MWh, multiplicada pela percentagem proposta pela ERSE, correspondente à energia adquirida pelo CUR no mercado à vista, que se cifra em 40%. Refere ainda que não deverá existir qualquer limitação à atualização da tarifa de energia, ou seja, propõe que o valor do parâmetro  $\beta_t$ , seja 1.

A ERSE tomou boa nota dos comentários da Endesa, não obstante, no que respeita ao parâmetro que traduz o limiar, medido em euros por kWh, a partir do qual é aplicado o mecanismo de atualização de preços de energia para o ano  $t$ , o mesmo será publicado com a decisão anual de fixação de tarifas. Os parâmetros a aprovar estarão de acordo com os propostos em consulta pública. Ou seja, atualização de preço ocorrerá sempre que o desvio em valor absoluto seja igual ou superior a 10 €/MWh, caso em que a tarifa de energia será revista num valor fixo de 5 €/MWh ( $\beta_t=50\%$ ). Este valor, em referencial de mercado, será adicionado à tarifa de energia em todos os níveis de tensão e tipos de fornecimento e em todos os períodos horários, corrigido pelo efeito de perdas observado ao longo das redes de transporte e de distribuição.

## C. ALTERAÇÃO DO ARTICULADO DO RT/SSE

### C.1 - Volumes a aprovisionar no mercado de futuros

Foram levantadas algumas dúvidas sobre o conceito de energia subjacente à definição do preço médio de referência,  $WCV_{EE, \text{Prazo}, t}^{\text{Ref}}$ , designadamente se diz respeito à energia dos contratos de futuros já fechados ou

se inclui a totalidade da energia a contratar a prazo. Tal como foi anteriormente referido, estas quantidades dizem respeito às quantidades fechadas, contratadas até 30 de setembro nos termos a definir pela ERSE.

Ainda sobre o cálculo da quantidade  $WCV_{Prazo,t}^{Ref}$ , informa-se que a fórmula 67 A será revista de forma a permitir um melhor entendimento do cálculo dessa variável.

### C.2 - Preço médio de referência ( $PR_{Prazo,t}^{Ref}$ )

O CT e a EDP também levantaram algumas dúvidas sobre a tipologia de produtos subjacentes ao conceito de preço da contratação  $i$ ,  $Pr_i^{Ref}$ , que permite calcular o médio de referência dos contratos de futuros,  $Pr_{Prazo,t}^{Ref}$ ). Esta tipologia, tal como os outros parâmetros necessários à operacionalização do mecanismo de aquisição eficiente do CUR, será definida posteriormente pela ERSE, através das regras de operacionalização desse mecanismo que serão levadas a consulta pública.

### C.3 – Prémio de risco ( $\gamma$ )

Finalmente, a EDP questiona a ERSE sobre o objetivo subjacente ao prémio de risco  $\gamma$ . A ERSE confirma o primeiro entendimento da EDP, de que este prémio visa compensar o risco das condições definidas pela ERSE para os contratos futuros não coincidirem com as efetivamente realizadas pelo CUR.

### C.4 - Recomendações

O CT e a EDP fizeram notar alguma preocupação relativamente aos produtos admissíveis para a contratação a prazo, em particular face à falta de liquidez dos produtos futuros com entrega em Portugal. A ERSE tomou boa nota das propostas para ultrapassar o problema de liquidez, e prepara-se para lançar em consulta pública uma proposta visando regulamentar formas de aquisição a prazo de energia elétrica por parte do CUR.

A proposta a apresentar pela ERSE completará o quadro regulamentar agora aprovado, relativo ao método de aprovisionamento do CUR, prevendo múltiplas formas de aquisição de energia pelo CUR, com horizontes temporais de longo prazo (superior a 1 ano) assegurando-se, simultaneamente, o equilíbrio do mercado, ou seja, assegurando que a atuação do CUR é neutra no funcionamento do mercado grossista. Este último aspeto foi salientado pelo representante dos comercializadores em regime de mercado no Conselho Tarifário, sendo igualmente uma preocupação da ERSE encontrar soluções que não provoquem distorções na concorrência entre os comercializadores em regime de mercado e o CUR.

Rua Dom Cristóvão da Gama n.º 1-3.º  
1400-113 Lisboa  
Tel.: 21 303 32 00  
Fax: 21 303 32 01  
e-mail: [erse@erse.pt](mailto:erse@erse.pt)  
[www.erse.pt](http://www.erse.pt)